

Brasília,
aos 33 anos,
ganha sua
Lei Orgânica



IMPRESSO

CONTRATO Nº 3956/ 91
ECT/ CÂMARA LEGISLATIVA DF
UP: AC/ CÂMARA LEGISLATIVA

L • E • T • U • R • A • S

ESPECIAL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

ANO, I, nº 05 Brasília, 21 de abril de 1993

História antiga do Planalto Central

NOMES E LUGARES

Nomes de lugares e regiões costumam ser resistentes a mudanças. A menos que, quase em caráter de fato, o povo decida rebatizá-los a partir de fatos novos, como, por exemplo, o surgimento de uma cidade.

Lugar novo como é Brasília, nome aceito pela universalidade dos povos, sem contestações externas ou internas, e com enorme significado arquetípico. Brasília vem a ser o feminino genérico para Brasil.

No mais, o aparecimento e desaparecimento de nomes parece-me ser, em geral, um processo lento, envolvendo muitas gerações humanas. Há excessões diversas, que porém não me alongo a investigar, pois resvalam para a obscura área da semiologia e do imaginário históricos.

Em meus já quarentões anos de vida no Planalto assisti, por exemplo, a dois centenários Córregos do Quilombo serem chamados hoje, pelos roceiros humildes de Corumbá de Goiás, por Córrego dos Crioulos. É que a palavra africana Quilombo já lhes é de significação desconhecida. Sabem porém que lá viveram uns crioulos, mistura de pretos e brancos, que nem mais lá existem. Mas lembram-se de diversos parentes que casaram-se com a gente dos córregos. E juram que o primeiro homem preto que viram foi vindo da Bahia, já ao tempo de Brasília. Vá entender-se o historiador com uma tal babilônia de discursos históricos!

Desta forma, as denominações geográficas africanas na região, além de pouquíssimas, (como Caxambú, Quilombo, Cafuringa, Brequenhém, Sonhém e Cafundó), desaparecem rapidamente pelo desuso. E seria mais rápido se não os conservassem os mapas feitos e refeitos pelas elites técnicas e que só se renovam também a cada geração, a cada grande projeto cartográfico.

Pelo que conheço do assunto, convenço-me porém que os nomes geográficos são objeto de uma arqueologia dos nomes. E não no seu mero sentido etimológico e sim, muito, no sentido de seu tempo histórico ambiental.

Suponhamos então, para simples fim de ilustração, que a toponímia do Distrito Federal constitua um sítio arqueológico onde a escavação não contém objetos e sim nomes e situações geográficas, em meio ao entulho degradado, quase inconhecível, da história da mãe Terra às voltas com a filha humanidade, um amor conflituoso, feito de cinzas do cotidiano.

Lá no fundo da escavação, há de existir, no extrato mais antigo, o nome mais antigo, Rio Paracatú, por exemplo, do tupi rio bom, de navegação boa, assim chamado (pelo menos desde os primeiros anos de 1600), por essa verdadeira maloca ambulante de índios e mestiços que chamamos de bandeira, corsários do sertão.

Subindo o Paracatú, logo damos com seu maior afluente, o já chamado luna, que na estatigrafia do nosso sítio etimológico, um século depois, traduzia-se, nos primeiros roteiros das minas dos goiases pelo que sem-

Neste artigo o autor redescobre o Eco-sistema indígena do DF e trabalha com sua colonização rural no Século XVIII

Paulo Bertran

Academia de Letras e Artes do Planalto
Câmara Legislativa do DF



pre quis dizer: O Rio Preto, cor da água, ou cor do seu fundo. Uma qualificação geográfica precisa no deserto de nomes do sertão.

Na década de 1920 alguma alma nativista e tupinóloga — (nós brasileiros, depois que o índio acabou-se, sempre o lembramos liricamente), sugeriu dar-se ao incipiente povoado de Capim Branco o nome Unai, em que transparece a metamorfose do velho rio luna no nome da vizinha cidade. No extrato superficial do nosso sítio etimológico acabou surgindo resquícios da raiz imemorial.

E com o luna, Rio Preto, já estamos em plena fronteira leste do Distrito Federal.

Vamos entrar por ele adentro em um dos sacrários de Pindorama — o país das palmeiras, segundo uns, o país das maravilhas conforme outros — denominação pela qual os índios chamariam o Brasil, numa duvidosa versão romântica emitida por Couto Magalhães.

Não querem dizer os nomes tupis que aqui vivessem índios dessa etnia. Ao contrário, as etnias goianas são macrojês. O tupi aparece aqui

como intrusor, fugido da colonização portuguesa do litoral. Parece que índio algum vivia em permanência nestas chapadas do Distrito Federal, frias demais para as condições dos povos indígenas nus. Restos arqueológicos no Distrito Federal são raros e parecem referir-se na maior parte a acampamentos de caça.

Mesmo assim tome-se aí, Distrito Federal afóra, de córregos e ribeirões do tamanduá, da jibóia, do jacaré, da sucuri, de mogi, a cobra — todos esses comestíveis — e de outros menos palatáveis como a onça e o guará, um lobão de campo que emprestou seu nome à cidade satélite do Guará.

No mapa do Distrito Federal toda essa fauna nomeada mostra sua locação ecosistêmica, de um a outro extremo do quadrilátero. Senti falta apenas de denominações lembrando bandos de emas, siriemas e de veados, tão favorecidos nas regiões de chapadas.

Não os encontrei nem na documentação antiga nem na toponímia moderna. No entanto logo ao Norte do DF, temos a chapada dos Veadei-

ros, lembrando no nome os caçadores de veados, e logo ali, no nome antigo de Formosa, Couros, o mercado que vendia os couros dos antílopes de Veadeiros e do gado do Vão do Paranã

Mais nomes do que os da fauna são os nomes tupis do reino de Flora-Taquari, Taquara, Taboca, todos do gênero Bambusia, utilíssimos na construção de ranchos e casas e como madeira leve para cestaria e cercamento de mangueiros de porcos, de galinhas e de bezerros. De grande utilidade, tanto para o indígena quanto para o colonizador.

Os córregos onde existem palmeiras também são abundantemente nomeados pela utilidade: Buriti, de que se faz doce, Indaiá, de que se faz a cobertura de ranchos, e a Guariroba, que no século XVIII considerava-se com valor medicinal e que não falta até hoje na mesa tradicional dos goianos.

Passam de oitenta as denominações referentes a Buriti, Buritizal, Buritizinho. E Guariroba é um bairro próximo à Ceilândia.

No capítulo botânico, há córregos e regiões ditos do Jatobá, em homenagem à frondosa árvore, do Pindaiá, cuja tradução literal é vara de anzol, e dois ou três ribeirões que chamam-se Samambaia. Ao que eu saiba alguns índios e o povo de Ouro Preto adoram comer samambaias. Mas há métodos certos de prepará-las, para que não resultem em produto tóxico, à exemplo da mandioca brava. E temos aí que esse gênero de avencas tornou-se um gigantesco bairro do Distrito Federal. Uma curiosidade: o colonizador do século XVIII nunca soube grafar direito esse nome: algumas vezes é sambambaia, outras samamaia, outras sandambaia, o que, no mínimo, indica sua pouca familiaridade.

Está aí o Distrito Federal, todo palatável e todo útil, em suma, ao gosto indígena e sertanejo. Sua toponímia come-se, veste-se, emprega-se em ranchos e utilidades domésticas, e antes de mais nada, constrói um vasto discurso ecosistêmico nas raízes da história. Pura matéria de Eco-História.

MISTÉRIOS INDÍGENAS

Ao que vem pesquisando Darell Posey com os Caiapós do Pará, deteriam esses índios, sequeer designados como horticultores, cerca de 50 plantios supervisionados de espécies medicinais, alimentícias e florísticas do cerrado, que sistematicamente, geração atrás de geração, plantam na pré-amazônia. Há sugestões de outros antropólogos de que Pindorama — o país das palmeiras, a mais útil das árvores, tanto pelo palmito, quanto pelas palhas, quanto pelo caule que pode ser transformado em fibras de cordas — há sugestões de que em sua origem multiseccular, haja um índio semeador da espécie, visando, através dos séculos, a obtenção de uma flora útil ao seu cotidiano.

Se isto tiver algum vislumbre da verdade, temos que reescrever toda a história florística do País e rendermo-nos a um dos paradigmas que imagino para a Eco-História, que é o da ação antrópica presente desde o

surgimento das primeiras sociedades.

E há o capítulo geológico e mineralógico. No Distrito Federal há os dois exemplos notáveis dos ribeirões Cafuringa e Taguatinga. Cafuringa, que eu imaginava ser apenas um jogador de futebol, parece ser um étimo africano para designar o minério de cassiterita, do qual seapura o estanho.

E temos Taguatinga — significando literalmente Tauá — Barro e tinga — branco. E eis aí a cidade de Taguatinga, significando Barro Branco, depósitos argilosos de cor branca que de fato existem em toda a região. Parece que era um barro comestível e também usado na cerâmica e no reboco de casas.

Há finalmente dois nomes extremamente controversos na geografia do Distrito Federal: os de Paranoá e Pipiripau.

O rio Pipiripau é o mais alto afluente do Rio de São Bartolomeu, que por sua vez é o principal rio do Distrito Federal. Segundo meu amigo e mestre, Bernardo Élis, que fez um curso de tupinologia, e a quem recorri várias vezes ao escrever este artigo, Pipiripau significaria "Rio raso e cheio de pedras pontudas no meio".

Eis que, além de rio, é uma verdadeira placa de sinalização no sertão deserto, com a discriminação de suas características, razão por que creio ser toponímia surgida com as bandeiras primitivas do século XVII, à exemplo das denominações Paracatú e Rio Preto. O cineasta Geraldo Moraes andou por lá fazendo locações. Disse-me que a denominação indígena lembra o que viu.

Parece a Bernardo Élis serem raríssimos os nomes macrojês sobreviventes à conquista dos mestiços paulistas bilingues. Na cidade falavam os paulistas um horrível português, e nas expedições ao sertão um detestável nhengatú — língua velha — já naquela época, de que resultaram o português caipira de uso geral no sertão, e o tupi paulista, também caipira, corruptela da língua geral normatizada pelos jesuítas com o concurso dos tupis-guaranis do litoral.

Há então o caso culminante do Paranoá, antigo rio desse nome aos pés do Plano Piloto, hoje tornado o Lago de Brasília e empréstimo para mais uma dúzia de denominações, desde uma torrefação de café até uma loja de roupas e uma loja de implementos agrícolas. Grafava-se antigamente, nome certamente derivado do nhengatú-caipira, por Parnauá e até onde vai nosso escasso tupinismo, teria o mesmo sentido, etimologicamente mais completo, de Paranaçuá, vale dizer, rio largo ou rio espraído. A descrição cabe como uma luva ao que a Expedição Cruls sobre ele levanta: um rio raso e largo, com 20 metros de lâmina d'água. E com enormes áreas de inundação nas chuvas rigorosas, o que sugeriu a Glaziou, membro da Expedição Cruls de 1892, identificar por ali um antigo lago do terciário. E finalmente, aos construtores de Brasília, a idéia de refazê-lo, como de fato fizeram.

Como já contamos antes, essas denominações tupi-guaranis não implicam necessariamente em povoação indígena do Distrito Federal. Recentemente (Miller, 1992) descobriu-se um pequeno sítio cerâmico e pré-cerâmico no Gama e há indícios vagos de um outro nas cercanias de Brazlândia.

Pelos relatos históricos, a região do DF, configura-se muito mais como território de caça e coleta de grupos antigos macrojê. E ponto de contato de suas subetnias: os Caiapó, senhores do vale do Corumbá, ao sul, e os acroás ou acwã ao norte, a que pertencem nações como os extintos crixás e acroás, e de que parecem descender os atuais xavantes e xerentes.

E seguramente vieram desde o litoral e desde o vale do São Francisco, as migrações tupi-guaranis, acelerando-se ao tempo da conquista branca.

Há casos extravagantes dessa retirada dos tupis do litoral em busca de refúgio no Brasil Central. Desde 1600 um grupo tamoio expulso do Rio de Janeiro veio esconder-se na zona fronteiriça entre Goiás e o Piauí. Pela época, senão antes, também expulsos do Rio de Janeiro, os Tapirapé conseguiram instalar-se no Araguaia, disputando cotoveladas com os macrojê carajá. Até do Espírito Santo, os temininó, de língua geral, foram refugiar-se ao norte do DF, na região do Paranã.

Uma verdadeira babilônia de gentes e conflitos, vindos, desde as mais remotas origens de homem nas Américas, a contrapor-se a um tipo de história do DF que só parece iniciar-se com JK, como expresso em vários manuais escolares.

Se bem conhecemos o ânimo dos índios jê, (como os xavante e caiapó), o Distrito Federal, como território de caça e coleta deve ter sido objeto de intenso conflito, acirrado em princípios do século XVIII pela chegada dos mineradores paulistas e portugueses.

Considerando tudo porém, as denominações indígenas do Distrito Federal são poucas se comparadas ao complexo nordestino, onde em alguns lugares excedem a 50% da toponímia. E pouquíssimas se comparadas à Amazônia, em que certas regiões vão além de 80% de nomes indígenas.

No caso do DF e de outras regiões goianas eu usaria dizer, à falta de dicionários geográficos atuais, que os nomes indígenas cobrem de um mínimo de 20% a um máximo de 60% da toponímia regional, variando a cada sub-região.

VERSÕES COLONIAIS

O território goiano e a porção do Distrito Federal inscrevem-se na rota de diversas expedições bandeiristas e bugreiras dos séculos 16, 17 e 18.

Fato pouco conhecido é que desde 1697, agregados e peões do famoso latifúndio da Casa da Torre dos Garcia D'Avila, bahianos, vinham tentando estabelecer fazendas no médio curso do Tocantins, sendo batidos pelos índios, mas deixando os gados. Por volta de 1730 já se instalavam nos vales do Paranã e do Uruçuia, sendo crível que houvesse gado tresmalhado pelo Distrito Federal.

Em 1722, a bandeira descobridora de Goiás, comandada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera

II, tendo definido, após entrar no incógnito território dos Goiaes, uma orientação de Norte quarta de Nordeste para a expedição, veio dar a altas chapadas, "desprovidas de tudo", a não ser de palmeiras de guariroba, insuficientes porém para a fome que acometia os 200 homens da tropa. Nessas condições resolvem assaltar alguma aldeia farta de alimentos e depois de dias de procura, deram com uns índios Quirixás ou Crixás, de língua jê, aos quais tomaram a tábua e as roças de mantimentos. Estamos aqui no Rio Crixás, afluente do Paranã, a coisa de 100 km no Noroeste de Brasília. As altas chapadas, "desprovidas de tudo", correspondem bastante aos altiplanos do DF.

Reza ainda a crônica histórica do Pe. Silva e Souza, de terem visto esses bandeirantes por aqui sinais de gado, por certo da Casa da Torre, como o que deram-se por perdidos em continuar neste rumo. De fato mudaram para o oeste, onde depois de muitas voltas, mais tarde descobrem as minas de Goiás Velho.

Em decorrência desse surto mineiratório do oeste, o norte do DF é mais veladamente conhecido do colonizador do que o sul.

Desde 1732 abriu-se uma estrada, clandestina, ligando os sertões da Bahia e de Minas às jazidas florentes de Meia Ponte, atual Pirenópolis. Sua passagem pelo DF segue a mesma estrada asfaltada que liga Formosa a Sobradinho, passando pelos ribeirões do Pipiripau e do Mestre D'Armas.

Resultado inútil reprimir tão dilatado contrabando, em 1736 resolve o governo legalizar essa estrada, criando o Registro Fiscal de Lagoa Feia, próximo a Formosa, e em algum ano posterior, a Contagem de São João das Três Barras, não muito longe do atual Posto Colorado, entre o Plano Piloto e Sobradinho. Essa Contagem deve ser o mais antigo estabelecimento colonial do DF. Ambas cidades novas, Brasília e Belo Horizonte são as duas capitais que ao lado tem a bizarria de lugares denominados "Contagem", sendo a de Belo Horizonte um grande bairro industrial. Servia, como indica o nome, como Posto Fiscal para "Contar" gado e mercadorias que transitavam pelos sertões.

De Sobradinho essa estrada da Bahia ia à tal Contagem de São João, deixando o Plano Piloto e o Vale do Paranoá ao sul. Buscando depois sempre os caminhos secos das chapadas, ia romper nas alturas de Brazlândia e de lá, em rumo direto, se-

guia para Pirenópolis.

Enquanto isso acontecia pelo Norte, no Sudeste exploravam-se, clandestinamente, talvez por dez anos, as minas de Paracatú do Príncipe, oficializadas em 1744.

Logo garimpeiros dali provenientes descobrem e fundam em 1746 a mineração e o arraial de Santa Luzia, atual Luziânia, entrando brevemente em conflito com os índios Caiapós.

A situação geral, pois, em que a colonização implantou-se no Planalto é multidirecional e convergente. Pelo Norte, Vão do Paranã acima, expandiam-se as fazendas de gado iniciadas pelos sertanistas bahianos. Do leste rompia, ao longo de todo o Distrito Federal, a estrada da Bahia, a que maiores valores transportava para Goiás e Mato Grosso durante o século XVIII. Quase todos os africanos que aqui deram entrada vieram por esse caminho desde a praça de Salvador, e isso é um dado precioso para a história do negro no Brasil Central.

Finalmente, pelo sul, vinha, desde 1746, sacralizar-se a mina de Santa Luzia (atual Luziânia), um espaço inteiramente regulado pelas leis coloniais de mineração e com grande número de seus fundadores provincianos do Norte de Portugal.

Não pude fazer uma estatística apropriada, mas empiricamente, vendo o mapa da mina, parece-me que de quase todo escasseiam os nomes indígenas e só afloram os da colonização portuguesa. Os ribeirões e lugares chamam-se Saia Velha, Santa Maria (por nome antigo Ribeirão do Inferno), Ponte Alta, o Gama, que rememora o padre português desse nome, a Papuda, que deve lembrar sua moradora acometida de bócio, o Ribeirão Guarda-Mor, citando a autoridade responsável pela participação das lavras, o Córrego da Mortandade, lembrando um embate com os Caiapós... E o Rio Vermelho, que não é de sangue, mas do barro levado por suas águas em virtude dos trabalhos de mineração.

Eis aí um sítio arqueológico rico em indícios éco-históricos, cuja análise porém foge aos nossos objetivos.

A OCUPAÇÃO PRIMÁRIA

Desde há seis anos, quando me propus levantar uma história antiga do Distrito Federal, consegui reunir 43 cartas de sesmarias referentes ao julgado de Santa Luzia e seu distrito antigo de Couros, atual Formosa, compreendendo-se aí toda a área do DF.

Pelas citações desses mesmo do-

cumentos, cálculo que deve ter existido o dobro desse número de sesmarias, requeridas em período distintos do Século XVIII.

Muitas delas fazem referência à compra de terras, indicando um possuidor mais antigo. Outros apropriam-se de terrenos abandonados por um antecessor.

Em torno de 12 km em volta da mina sacralizada de Santa Luzia e Santo Antônio da Boa Vista, não encontro nenhuma sesmaria. Já além das duas léguas em que a legislação devia prever a exclusão de terras minerais, as sesmarias fazem como que um colar em torno da mina. São propriedades pequenas para os padrões da época, de meia légua em quadra, equivalente a 900 hectares. Seus requerentes costumavam aludir ao fato de terem escravos e de precisarem de terras, para plantar e alimentá-los. Nada impede que, contíguo ao arraial, existissem chácaras.

Deixemos de lado porém as 24 sesmarias respeitantes ao município de Luziânia e entremos no Distrito Federal.

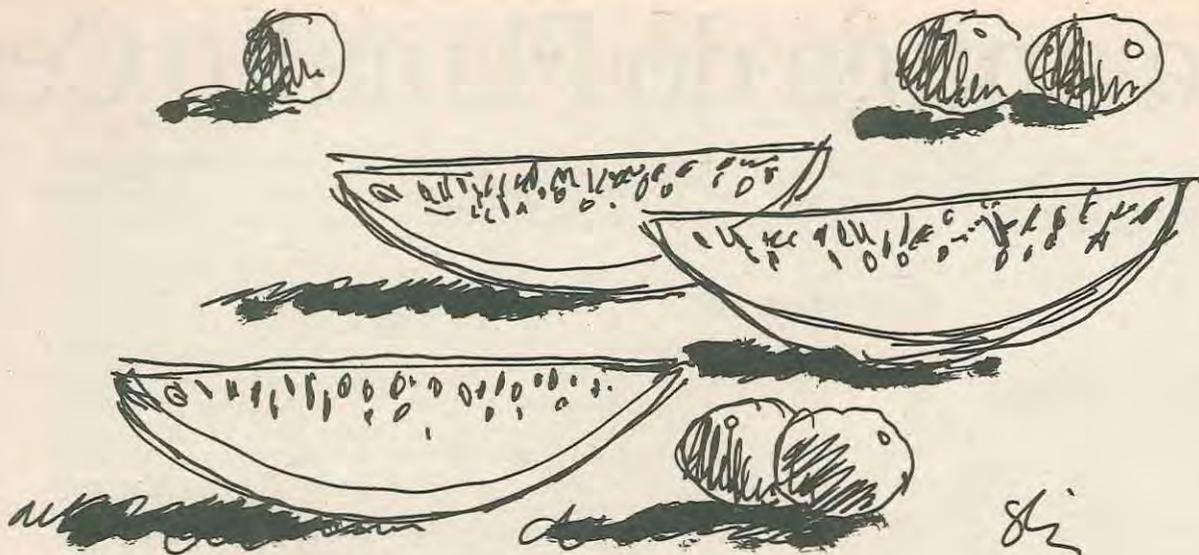
Longe da mina, as sesmarias do DF são requeridas para fins expressos pecuários, em volumes de terra assustadores até mesmo para os padrões da época. Predominam as sesmarias de três léguas de extensão por uma légua de comprimento, o que resume a bagatela de 108 mil hectares por propriedade. Com 90 proprietários desses e acabavam-se todos os 92 mil km² do reino de Portugal à época. Devia de ser raro o senhor feudal que atingisse no passado essa quantidade de terras.

As mais antigas sesmarias que encontrei para o DF, foram no famoso Rio Preto, as conferidas a Antonio Santos Almeida e a Manoel de Castro em 1740, seis anos antes do descobrimento de Luziânia.

Da mesma época, há dez outras na Região do Paranã, incluindo-se aí uma de Lourenço da Rocha Pitta, de indiscutível procedência baiana, contemporâneo e por certo parente do curioso historiador e astrólogo Sebastião da Rocha Pitta, autor de uma importante **História da América Portuguesa**, de 1724.

O vão ou Vale do Paranã, cujas águas vertem de Formosa ao Norte, era um famoso criatório de gado no século 18, em razão de seus pastos serem verdes e em razão de suas águas e barreiros salgados, próprios para o metabolismo bovino.

Segundo anotações do ilustre Luis Palacin, teve ali sete sesmarias de criar o famoso João Fernandes de



Oliveira, o contratador de Diamantina, amante de Chica da Silva, e possivelmente o homem mais rico do Brasil em seu fastígio, e dono, ali no Paranã de perto de um milhão de hectares.

Com tal gula por terras, o vale foi sendo rapidamente ocupado e nos anos de 1760 e 1770, quando as minas de Santa Luzia já entravam no decrescente estágio de 20 e 30 anos de exploração, as sesmarias voltam a ser requeridas nos melhores criatórios naturais do Distrito Federal, ou seja, no interflúvio do São Bartolomeu e do Rio Preto, correspondendo a mais de um terço do atual DF.

Essa preferência deve revestir-se de um cunho ambiental. No Rio Preto há grandes regiões de várzeas, (as famosas veredas de sertão que imortalizaram Guimarães Rosa) e que permitem certa verdura dos pastos na inclemência das secas. Houve então, diferentemente do resto da capitania de Goiás, para essas fazendas, quase que uma moda de chamá-las pelo nome de Santos, o que nos permite uma vista do imaginário religioso em fins do Século XVIII.

Assim temos a fazenda de Santa Bárbara, intercessora contra raios e trovões, a de São José, advogado dos casados e das enchentes, e de São Gonçalo, advogado dos negócios, de São Bernardo, intercessor contra as doenças de pele, Santa Rita, advogada dos desesperados. Nomes que até hoje permanecem impressos nos mapas do Distrito Federal, e que não destoam muito de uma zona de famosas trovoadas, grandes inundações e imensa solidão.

Quanto à área onde ergue-se hoje Brasília e em que se espraia a rede hidrográfica do Paranoá, os documentos do século XVIII calam-se. Ou bem por que desapareceram, ou bem por que não chegara ainda seu tempo de apropriação histórica.

De fato as chapadas do Plano Piloto são bem drenadas. Não ocorrem grandes extensões de várzeas e de barreiros propícios à excelência da pecuária natural. Aparecem ali fazendas tardias, já próximas à época do registro paroquial, em 1857, à exemplo da fazenda de Taguatinga, apossada uns cinco anos antes dessa data. Ao tempo da construção de Brasília os advogados encarregados da desapropriação, depararam-se, até mesmo com surpresa, com grandes áreas devolutas a oeste de Brasília.

Na verdade, por essa banda de oeste fundou-se em 1764, a atual cidade de Santo Antônio do Descoberto, que como diz o nome, originou-se de um descoberto de ouro, diziam os antigos que dificultoso. Alguns anos depois (1775) um dos sesmeiros da área, Sebastião da Silva Moreira, genearca de centenas de Silvas Moreiras da região, escreve que entre sua fazenda de cem mil hectares em Santo Antônio e a Contagem de São João junto ao Posto Colorado, "era tudo um sertão sem moradores".

Paulo Bertran é historiador e editor literário desta publicação. O presente artigo é parte de sua exposição na aula inaugural da Pós-graduação de História da Universidade de Brasília em 1993.

Endereço para correspondência: SQN 316, Bloco I, apto. 504 - 70775-090, Brasília, DF.